



Chrys Chrystello*

Xanana Gusmão, Deuses com pés de barro na lama dos dias

Há muita gente que idolatra e deifica Xana Gusmão, o Mandela timorense como se ele fosse uma divindade, embora como o escritor timorense Luís Cardoso disse, lhe falte ainda caminhar sobre as águas.

Ana Gomes que o conhece desde os tempos na prisão de Cipinang declarava há dias, “este não é o Xanana que conheci” atribuindo a sua recente série de incidentes pouco honrosos a fruto de doenças mentais, traumas do tempo da guerrilha e da prisão e apelando a que se tratasse (no foro mental, presume-se).

Com efeito, andrajoso, a dormir ao relento duas noites, a esbofetear um casal de parentes seus em plena via pública, enquanto se opunha a um enterro Covid e exigia que o falecido fosse enterrado no talhão de família no cemitério onde esta o queria enterrar, trouxe Xanana a uma ribalta que todos dispensavam. Dias antes estivera enterrado na lama a acarretar viveres para as famílias desalojadas pelas cheias em Tacitolu, mas dias depois nova ocorrência quando



obrigou uma jovem a ajoelhar-se e a apertar-lhe os sapatos ou ténis.

Sob a assistência de madres e populares que se riam da cena, num total desrespeito pela igualdade de género, ainda desconhecida em

Timor. XANANA, UMA VEZ MAIS DEPLO-RÁVEL, INACEITÁVEL, INCONCEBÍVEL.

Depois de anos de lutas intestinas pelo poder, Xanana sempre saiu vencedor contra os seus opositores, embora acusado em múltiplas alegações de corrupção e de nepotismo, e criticado pelo injustificado apoio ao sacerdote em Oecusse banido pela Igreja e em julgamento por abuso de menores a seu cargo e de tantas outras cenas menos dignas de um alto dignitário da nação timorense.

É isto, elevar meros mortais, por mais heróicos que tenham sido na guerra de libertação (embora haja acusações de veteranos de se libertado de outros dirigentes da guerrilha) ao estatuto divino pode, mais cedo ou mais tarde, vir a comprovar que se trata de DEUSES COM PÉS DE BARRO NA LAMA DOS DIAS.

*Jornalista, Membro Honorário Vitalício 297713 (Australian Journalists' Association MEAA)



Alexandra Manes*

E o futuro da Cultura?

A cultura é essencial à identidade coletiva de um povo e de uma civilização, fundamental para a construção da cidadania e uma condição essencial à democracia.

O setor cultural foi, à semelhança de outros setores, afetado pela pandemia de Covid-19.

A paralisação da Cultura começou com o confinamento, no ano de 2020. Um ano depois de ter sido declarado o primeiro estado de emergência, a situação dos trabalhadores e das estruturas do setor agravaram-se significativamente.

As medidas de prevenção e contenção do contágio agravaram os problemas estruturais provocados por décadas de falta de investimento num serviço público de cultura.

Num setor profundamente marcado pela precariedade laboral e pela inexistência de um regime de trabalho e proteção social específicos, a desproteção das e dos trabalhadores é total.

A mobilização das e dos profissionais da cultura, através de manifestações e outras iniciativas, evidenciaram os problemas estruturais, a situação de crise económica e social que se aprofundou, o baixo valor dos apoios e tempos demasiados longos para a sua atribuição. Os agentes do setor reivindicam a implementação de medidas mais abrangentes, menos burocráticas e que efetivamente cheguem a todas e todos os trabalhadores

Apesar de, na apresentação do Programa do XIII Governo, a Senhora Secretária Regional da Cultura ter dito que para este governo, a Cultura tem “a

dignidade que, ao longo de toda a autonomia e na dimensão de todas as ilhas, esta justifica e assume”, constata-se que, na estratégia do Governo, a cultura continua a ser relegada para um plano secundário.

Exemplo disto é a ideia persistente de que a cultura deve ser feita ao género de um certo voluntariado. E isto foi notório quando o apoio concedido pelo governo, de tão microscópico e cirúrgico que era, nem efeito placebo tinha. É essa a dignidade para a cultura?

A cultura é o “parente pobre” que mereceu votos de congratulação, mas que, quando se trata de apoiar com medidas concretas, acaba por ficar sempre esquecido.

Recordo as bonitas palavras do voto de congratulação do PSD à Miratecartis aprovado no mês março: “A cultura, a arte e o conhecimento são dos maiores valores que uma região pode transportar e delegar às novas gerações”. Esperávamos que estas palavras tivessem consequências práticas e que não se dê razão ao velho ditado: “Dia de muito é véspera de nada”, mas o Orçamento para o ano de 2021 ditou o contrário.

A prática deste governo não refletiu os bonitos discursos sobre a cultura dos partidos que o suportam: os apoios concedidos no âmbito da Resolução do Conselho do Governo n.º 28/2021, de 1 de fevereiro, são retirados ao orçamento previsto para o setor cultural. Ou seja, como não realizavam eventos culturais e ficando estas verbas disponíveis, em vez de serem canalizadas para uma política de adaptação

da cultura às contingências, fez-se exatamente o seu oposto.

Aliás, obrigaram-se os profissionais da cultura a escolher entre um apoio básico de subsistência, pessoal ou coletivo, e um apoio para desenvolver atividades culturais? Ou se concorre ao Regime Jurídico de Apoio às Atividades Culturais ou se escolhe sobreviver... e a produção cultural? Será excessivo querer continuar a atividade cultural e não apenas subsistir enquanto a pandemia durar?

É uma tarefa fundamental do Estado garantir o direito constitucional à fruição e criação cultural. Cabendo, assim, na Região, ao Governo Regional, particularmente à Secretária da Cultura, assegurar que, quando estes tempos sombrios se dissiparem teremos ainda uma comunidade cultural capaz de garantir a possibilidade de acesso à cultura a todas as pessoas que vivem nos Açores e de promover a diversidade cultural. Para tal, é fundamental responder à crise de subsistência e precariedade crónica que historicamente afeta o setor. Tal implicará necessariamente uma alteração do modelo de financiamento da produção cultural e o reforço do orçamento da cultura.

Numa verdadeira democracia progressista, a Cultura deve ser um bem essencial a preservar e estimular.

*Deputada do BE na ALRAA